

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração	22
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	48
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.064
Preferenciais	113
Total	5.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	363.266	519.357	448.398
1.01	Ativo Circulante	72.994	116.977	97.646
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.177	37.730	29.234
1.01.03	Contas a Receber	36.545	72.950	64.410
1.01.03.01	Clientes	36.545	72.950	64.410
1.01.04	Estoques	687	516	203
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.009	4.489	2.683
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.009	4.489	2.683
1.01.07	Despesas Antecipadas	58	721	694
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	518	571	422
1.02	Ativo Não Circulante	290.272	402.380	350.752
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.818	160.295	103.759
1.02.01.03	Contas a Receber	47.546	155.640	97.190
1.02.01.03.01	Clientes	47.546	155.640	97.190
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.272	4.655	6.569
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	5.272	4.655	6.569
1.02.03	Imobilizado	237.367	241.983	246.858
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	237.351	241.395	225.245
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16	588	21.613
1.02.04	Intangível	87	102	135
1.02.04.01	Intangíveis	87	102	135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	363.266	519.357	448.398
2.01	Passivo Circulante	82.374	117.131	114.535
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.804	7.985	6.887
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.750	6.013	5.780
2.01.01.01.01	Salários e Ordenados	241	5	76
2.01.01.01.02	Provisão de Férias	5.509	6.008	5.704
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.054	1.972	1.107
2.01.02	Fornecedores	17.086	14.728	19.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.017	5.475	5.530
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.351	2.091	2.391
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	1.042
2.01.03.01.02	Encargos próprios	891	791	0
2.01.03.01.03	Retenções de encargos de terceiros	1.460	1.300	1.349
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.666	3.384	3.139
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.500
2.01.05	Outras Obrigações	52.467	88.943	81.526
2.01.05.02	Outros	52.467	88.943	81.526
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	45.318	79.621	75.475
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	7.149	9.322	6.051
2.02	Passivo Não Circulante	164.754	313.767	250.549
2.02.02	Outras Obrigações	120.502	275.191	211.086
2.02.02.02	Outros	120.502	275.191	211.086
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas	5.692	45.410	42.396
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	59.178	56.109	53.341
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	55.632	173.672	115.349
2.02.03	Tributos Diferidos	6.757	8.303	8.303
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.757	8.303	8.303
2.02.04	Provisões	12.894	4.094	3.647
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.894	4.094	3.647

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.026	1.529	2.099
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.868	2.565	1.548
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	24.601	26.179	27.513
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	24.601	26.179	27.513
2.03	Patrimônio Líquido	116.138	88.459	83.314
2.03.01	Capital Social Realizado	149.199	149.199	131.790
2.03.02	Reservas de Capital	1	1	17.409
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1	1	17.409
2.03.03	Reservas de Reavaliação	121.262	122.241	123.220
2.03.04	Reservas de Lucros	-154.324	-182.982	-189.105

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	194.579	195.586	181.117
3.03	Resultado Bruto	194.579	195.586	181.117
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-206.139	-185.420	-180.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-203.396	-182.078	-184.311
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-196.099	-175.381	-177.287
3.04.02.02	Despesas de Depreciação	-7.297	-6.697	-7.024
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.743	-3.342	4.047
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.560	10.166	853
3.06	Resultado Financeiro	-1.487	-5.022	602
3.06.01	Receitas Financeiras	6.071	5.153	7.457
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.558	-10.175	-6.855
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.047	5.144	1.455
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-722	0	-1.043
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.769	5.144	412
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.769	5.144	412
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.01.02	PNA	-2,65890	0,99319	0,09160
3.99.01.03	PNB	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.02.02	PNA	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.02.03	PNB	-2,65890	0,99319	0,09016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.769	5.144	412
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.525	979	979
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	1.288	1.288	1.288
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	1.237	-309	-309
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.244	6.123	1.391

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.887	10.284	13.715
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.457	14.070	10.977
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.344	-3.786	2.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.666	-1.789	-2.298
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	1	7.005
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.553	8.496	18.422
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.730	29.234	10.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.177	37.730	29.234

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	1	0	-182.982	122.241	88.459
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	1	0	-182.982	122.241	88.459
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.769	0	-13.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.769	0	-13.769
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.427	-979	41.448
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.288	-1.288	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.237	309	1.546
5.06.04	Compensação de créditos da acionista majoritária	0	0	0	39.902	0	39.902
5.07	Saldos Finais	149.199	1	0	-154.324	121.262	116.138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	131.790	17.409	0	-189.105	123.220	83.314
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	131.790	17.409	0	-189.105	123.220	83.314
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.409	-17.408	0	0	0	1
5.04.01	Aumentos de Capital	17.409	-17.408	0	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.144	0	5.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.144	0	5.144
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	979	-979	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.288	-1.288	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-309	309	0
5.07	Saldos Finais	149.199	1	0	-182.982	122.241	88.459

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	131.790	10.404	0	-190.496	124.199	75.897
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	131.790	10.404	0	-190.496	124.199	75.897
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.005	0	0	0	7.005
5.04.01	Aumentos de Capital	0	7.005	0	0	0	7.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	412	0	412
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	412	0	412
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	979	-979	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.288	-1.288	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-309	309	0
5.07	Saldos Finais	131.790	17.409	0	-189.105	123.220	83.314

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	216.554	222.053	204.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	214.556	216.692	200.145
7.01.02	Outras Receitas	4.553	3.355	4.047
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.555	2.006	2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-121.303	-110.282	-107.317
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-121.303	-110.282	-107.317
7.03	Valor Adicionado Bruto	95.251	111.771	96.877
7.04	Retenções	-7.297	-6.697	-7.024
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.297	-6.697	-7.024
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.954	105.074	89.853
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.071	5.153	7.457
7.06.02	Receitas Financeiras	6.071	5.153	7.457
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.025	110.227	97.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.025	110.227	97.310
7.08.01	Pessoal	68.656	66.296	62.211
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.912	37.116	33.557
7.08.02.01	Federais	26.426	23.875	22.899
7.08.02.03	Municipais	11.486	13.241	10.658
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.226	1.671	1.130
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.769	5.144	412
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.769	5.144	412

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	363.266	519.357	448.398
1.01	Ativo Circulante	72.994	116.977	97.646
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.177	37.730	29.234
1.01.03	Contas a Receber	36.545	72.950	64.410
1.01.03.01	Clientes	36.545	72.950	64.410
1.01.04	Estoques	687	516	203
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.009	4.489	2.683
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.009	4.489	2.683
1.01.07	Despesas Antecipadas	58	721	694
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	518	571	422
1.02	Ativo Não Circulante	290.272	402.380	350.752
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.818	160.295	103.759
1.02.01.03	Contas a Receber	47.546	155.640	97.190
1.02.01.03.01	Clientes	47.546	155.640	97.190
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.272	4.655	6.569
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	5.272	4.655	6.569
1.02.03	Imobilizado	237.367	241.983	246.858
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	237.351	241.395	225.245
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16	588	21.613
1.02.04	Intangível	87	102	135
1.02.04.01	Intangíveis	87	102	135

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	363.266	519.357	448.398
2.01	Passivo Circulante	82.374	117.131	114.535
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.804	7.985	6.887
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.750	6.013	5.780
2.01.01.01.01	Salários e Ordenados	241	5	76
2.01.01.01.02	Provisão de Férias	5.509	6.008	5.704
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.054	1.972	1.107
2.01.02	Fornecedores	17.086	14.728	19.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.017	5.475	5.530
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.351	2.091	2.391
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	1.042
2.01.03.01.02	Encargos próprios	891	791	0
2.01.03.01.03	Retenções de encargos de terceiros	1.460	1.300	1.349
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.666	3.384	3.139
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.500
2.01.05	Outras Obrigações	52.467	88.943	81.526
2.01.05.02	Outros	52.467	88.943	81.526
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos. Clientes	45.318	79.621	75.475
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	7.149	9.322	6.051
2.02	Passivo Não Circulante	164.754	313.767	250.549
2.02.02	Outras Obrigações	120.502	275.191	211.086
2.02.02.02	Outros	120.502	275.191	211.086
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas	5.692	45.410	42.396
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	59.178	56.109	53.341
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	55.632	173.672	115.349
2.02.03	Tributos Diferidos	6.757	8.303	8.303
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.757	8.303	8.303
2.02.04	Provisões	12.894	4.094	3.647
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.894	4.094	3.647

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.026	1.529	2.099
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.868	2.565	1.548
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	24.601	26.179	27.513
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	24.601	26.179	27.513
2.02.06.01.01	Receitas a Apropriar	24.601	26.179	27.513
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	116.138	88.459	83.314
2.03.01	Capital Social Realizado	149.199	149.199	131.790
2.03.02	Reservas de Capital	1	1	17.409
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1	1	17.409
2.03.03	Reservas de Reavaliação	121.262	122.241	123.220
2.03.04	Reservas de Lucros	-154.324	-182.982	-189.105

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	194.579	195.586	181.117
3.03	Resultado Bruto	194.579	195.586	181.117
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-206.139	-185.420	-180.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-203.396	-182.078	-184.311
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-196.099	-175.381	-177.287
3.04.02.02	Despesas de Depreciação	-7.297	-6.697	-7.024
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.743	-3.342	4.047
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.560	10.166	853
3.06	Resultado Financeiro	-1.487	-5.022	602
3.06.01	Receitas Financeiras	6.071	5.153	7.457
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.558	-10.175	-6.855
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.047	5.144	1.455
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-722	0	-1.043
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.769	5.144	412
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-13.769	5.144	412
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-13.190	4.928	395
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-579	216	17
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.01.02	PNA	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.01.03	PNB	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.02.02	PNA	-2,65890	0,99319	0,09016
3.99.02.03	PNB	-2,65890	0,99319	0,09016

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-13.769	5.144	412
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.525	979	979
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	1.288	1.288	1.288
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	1.237	-309	-309
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-11.244	6.123	1.391
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.771	5.866	1.333
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-473	257	58

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.887	10.284	13.715
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.457	14.070	10.977
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.344	-3.786	2.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.666	-1.789	-2.298
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	1	7.005
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.553	8.496	18.422
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.730	29.234	10.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.177	37.730	29.234

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	142.925	1	0	-175.287	117.101	84.740	3.719	88.459
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	142.925	1	0	-175.287	117.101	84.740	3.719	88.459
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.190	0	-13.190	-579	-13.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.190	0	-13.190	-579	-13.769
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	40.642	-937	39.705	1.743	41.448
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.233	-1.233	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.185	296	1.481	65	1.546
5.06.04	Compensação de créditos da acionista majoritária	0	0	0	38.224	0	38.224	1.678	39.902
5.07	Saldos Finais	142.925	1	0	-147.835	116.164	111.255	4.883	116.138

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	126.248	16.677	0	-181.153	118.039	79.811	3.503	83.314
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.248	16.677	0	-181.153	118.039	79.811	3.503	83.314
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.677	-16.676	0	0	0	1	0	1
5.04.01	Aumentos de Capital	16.677	-16.676	0	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.928	0	4.928	216	5.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.928	0	4.928	216	5.144
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	938	-938	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.234	-1.234	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-296	296	0	0	0
5.07	Saldos Finais	142.925	1	0	-175.287	117.101	84.740	3.719	88.459

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	126.248	9.967	0	-182.485	118.976	72.706	3.191	75.897
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.248	9.967	0	-182.485	118.976	72.706	3.191	75.897
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.710	0	0	0	6.710	295	7.005
5.04.01	Aumentos de Capital	0	6.710	0	0	0	6.710	295	7.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	395	0	395	17	412
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	395	0	395	17	412
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	937	-937	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.233	-1.233	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-296	296	0	0	0
5.07	Saldos Finais	126.248	16.677	0	-181.153	118.039	79.811	3.503	83.314

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	216.554	222.053	204.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	214.556	216.692	200.145
7.01.02	Outras Receitas	4.553	3.355	4.047
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.555	2.006	2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-121.303	-110.282	-107.317
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-121.303	-110.282	-107.317
7.03	Valor Adicionado Bruto	95.251	111.771	96.877
7.04	Retenções	-7.297	-6.697	-7.024
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.297	-6.697	-7.024
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.954	105.074	89.853
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.071	5.153	7.457
7.06.02	Receitas Financeiras	6.071	5.153	7.457
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.025	110.227	97.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.025	110.227	97.310
7.08.01	Pessoal	68.656	66.296	62.211
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.912	37.116	33.557
7.08.02.01	Federais	26.426	23.875	22.899
7.08.02.03	Municipais	11.486	13.241	10.658
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.226	1.671	1.130
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.769	5.144	412
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.769	5.144	412

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da **SÃO PAULO TURISMO S. A.**, acompanhadas das respectivas notas explicativas, pareceres dos Auditores Independentes e Conselhos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações estão elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), determinações legais e legislação societária vigente.

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, a Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,6% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S/A detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) O fornecimento e ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) A construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) A execução da política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) O licenciamento de marcas de sua titularidade; h) O apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) A concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) A prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque**, o maior e mais bem localizado complexo de eventos da América Latina, é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição, recebe as maiores e mais importantes feiras realizadas na América do Sul. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, “o **Sambódromo**”, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o novo e moderno *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes amplos divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas somente na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como **Autódromo de Interlagos**, é administrado pela São Paulo Turismo desde 2005, decorrente do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito nº 3.711, da PMSP. Nesse complexo, temos a *Pista Principal*, que recebe os diversos eventos automobilísticos, entre os quais, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, hoje o único do circuito da Fórmula 1 na América do Sul, o *Kartódromo Ayrton Senna* e *Diversos Espaços Livres* que recebem shows musicais e outros eventos.

Projetos de investimentos:

Relatório da Administração



Arena Indoor

Em janeiro de 2015 a São Paulo Turismo lançou chamamento público para receber projetos de empresas interessadas em construir o novo espaço “Arena Indoor” nas dependências do Anhembi. Como características, destacam-se o terreno com 21 mil m² localizado ao lado do Sambódromo, a capacidade para 20 mil pessoas e a infraestrutura interna adequada para múltiplas configurações de uso com padrão internacional. Será viabilizado em parceria com a iniciativa privada.

Novo Anhembi

Buscando um reposicionamento de mercado em relação à concorrência e ao atendimento das necessidades de seus clientes, a SPTuris, em 19/05/2015, divulgou o Chamamento Público nº 002/2015, com base no Decreto Municipal nº 51.397/2010. O objetivo do Chamamento foi cadastrar e qualificar interessados em realizar estudos técnicos e de estruturação de modelagem de projeto, levantamentos, investigações, pesquisas, estudos de viabilidade, relatórios, minutas, pareceres e demais elementos (ou, simplesmente ESTUDOS) para a revitalização, modernização, otimização, ampliação, diversificação, operação, manutenção e gestão do empreendimento denominado NOVO ANHEMBI. Além de reduzir os impactos de perdas de receita com o redirecionamento de eventos para outros espaços, o projeto busca suprir a necessidade de reformas estruturais significativas do empreendimento.

Com o Chamamento Público, busca-se formar parcerias com a iniciativa privada que viabilizem serviços e recursos financeiros. Tais recursos produzirão investimentos robustos para a otimização física e estrutural das instalações existentes. Isso ampliará a infraestrutura disponível e possibilitará que o complexo Anhembi continue sendo um polo de geração de negócios e centro de referência para atração de turistas ao município de São Paulo. Uma das premissas do Chamamento Público é a restrição orçamentária da SPTuris ou do acionista controlador (PMSP), o que limita o investimento com recursos próprios. É necessário que os ESTUDOS apontem soluções que atraiam investimentos privados suficientes para a magnitude do empreendimento e assegurem maior vantagem econômica para a SPTuris e para a Administração Pública Municipal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2015, a São Paulo Turismo S.A. foi bem sucedida na realização de diversos eventos, dentre os quais destacamos a organização, junto com a PMSP, dos seguintes: **Natal Iluminado, Virada Cultural, Virada Esportiva, Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 e o Réveillon na Paulista**. Tais eventos fortalecem e determinam a permanência da Cidade de São Paulo entre os maiores centros de visitação do mundo.

A partir da administração e exploração comercial de seus equipamentos, a São Paulo Turismo proporciona à cidade o recebimento das grandes feiras de negócios nos diferentes setores de atuação (Indústria Automobilística, Construção Civil, Móveis, Couro, Maquinários em Geral, Medicina e Saúde, Papel e Celulose, Beleza,...) e das feiras voltadas para o público em geral (Bienal do Livro, Salão do Automóvel, Artesanatos,...). Destacam-se também, eventos esportivos, culturais e shows musicais com artistas nacionais e internacionais.

A São Paulo Turismo S.A. contribui para a execução da política de turismo, a promoção e estruturação das atividades turísticas na cidade de São Paulo. Para tanto, participamos dos projetos voltados para a divulgação da Cidade como polo turístico e de negócios. São Paulo é a referência para o turista que busca lazer, cultura, eventos, estudos, shows, entretenimento, saúde, compras etc.

Relatório da Administração

No ano de 2015, o Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, núcleo de estudos e pesquisas da São Paulo Turismo, que analisa o comportamento do turismo paulistano, estimou em 15 milhões os visitantes na cidade. São Paulo conquistou diversas premiações no setor turístico, como o melhor destino turístico do Brasil e a colocação entre os principais destinos mundiais.

Alguns indicadores do turismo paulistano (fonte: Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo):

Arrecadação ISS (R\$ mi)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2015	23,5	21,8	19,7	28,0	22,3	25,1	22,9	21,7	22,5	22,8	24,0	22,2	273,5
2014	22,2	17,7	21,5	22,8	22,6	25,6	21,3	22,3	22,9	23,8	23,4	24,7	270,8

Ocupação Hoteleira (%)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
2015	50,38	52,65	66,10	61,23	66,62	66,41	59,14	71,01	62,89	62,94	66,73	50,90	61,41
2014	50,75	62,98	63,96	66,58	75,00	61,14	63,10	69,92	69,07	63,00	71,13	49,05	63,81

Valor da Diária Média (R\$)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2015	288,87	326,51	320,48	312,87	322,93	323,84	318,31	325,27	319,02	316,69	323,99	302,22	316,72
2014	307,97	311,21	324,99	338,04	313,53	398,18	361,04	325,53	325,91	312,39	334,24	279,56	327,72

Estudo do Observatório do Turismo, núcleo de pesquisas da SPTuris, mostra crescimento de 1,01% na arrecadação de ISS do turismo (Imposto sobre Serviços do Grupo 13) em 2015 ante o ano anterior. Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, o índice partiu de R\$87 milhões em 2005, atingiu R\$271 milhões em 2014 e bateu R\$273 milhões em 2015. Apesar da variação tímida, o resultado é positivo à luz do ambiente recessivo verificado em 2015 que provoca redução da arrecadação.

Relatório da Administração**ANÁLISE DOS RESULTADOS – R\$ milhões**

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Receita Líquida	181,1	195,6	194,6
Despesas Operacionais	(180,3)	(185,4)	(206,1)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	0,8	10,2	(11,5)
Resultado do Exercício	0,4	5,1	(13,7)

EBITDA

(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Ainda que o EBITDA não expresse, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos, uma medida do fluxo de caixa operacional, é aqui utilizado como indicador para medir nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com a finalidade de avaliar a eficiência e a produtividade da empresa.

Reconciliação EBITDA - R\$ milhões	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido	0,4	5,1	(13,8)
(+) IR, CSLL	1,0	-	0,7
(+) Despesa Financeira Líquida	(0,6)	5,0	1,5
(+) Depreciações e Amortizações	7,0	6,7	7,3
(+) Provisões	-	-	14,7
EBITDA	7,8	16,8	10,4

Relatório da Administração



VALOR ADICIONADO

A SPTuris evidencia a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante o ano de 2015 como parte de suas demonstrações contábeis na Demonstração de Valor Adicionado.

O valor adicionado em 2015 totalizou R\$ 94.025 mil. Desse montante, R\$ 37.912 mil equivalente a 17,5% das receitas obtidas e 40,3% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Distribuição do Valor Adicionado:

- Remuneração do Trabalho = 73,0%
- Remuneração do Governo = 40,3%
- Remuneração de Terceiros = 1,3%
- Prejuízo da Empresa = (14,6%)

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 os Auditores Independentes, Bazzaneze Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretoria da Companhia está atenta às mudanças nas condições de mercado e no ambiente econômico. Adotamos postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade e viabilizar importantes projetos de investimentos. Estamos empenhados no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência e a auditoria e os controles internos. Nosso propósito é reduzir incertezas e propiciar condições para melhor *valuation* da SPTuris.

Agradecemos a nossos clientes e fornecedores, pela confiança depositada, aos nossos acionistas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, pela parceria e apoio recebidos, aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 17 de março de 2016.

Diretoria

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.****Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)****Ativo**

	2015	2014 Reapresentado	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa (Nota 5)	31.177	37.730	37.730
Contas a receber de clientes (Nota 6)	36.545	72.950	21.008
Almoxarifado	687	516	516
Outros valores a receber (Nota 7)	4.527	5.060	5.060
Despesas antecipadas	58	721	721
	<u>72.994</u>	<u>116.977</u>	<u>65.035</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes (Nota 6)	47.546	155.640	-
Depósitos judiciais	5.272	4.655	4.655
	<u>52.818</u>	<u>160.295</u>	<u>4.655</u>
Imobilizado (Nota 8)	237.367	241.983	241.983
Intangível	87	102	102
	<u>290.272</u>	<u>402.380</u>	<u>246.740</u>
Total do ativo	<u>363.266</u>	<u>519.357</u>	<u>311.775</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)
Passivo e patrimônio líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u> Reapresentado	<u>2014</u>
Circulante			
Fornecedores	17.086	14.728	14.728
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	6.804	7.985	7.985
Obrigações tributárias (Nota 11)	6.017	5.475	5.475
Cessões de áreas a realizar (Nota 12)	45.318	79.621	45.711
Outras exigibilidades (Nota 13)	<u>7.149</u>	<u>9.322</u>	<u>9.322</u>
	82.374	117.131	83.221
Não Circulante			
Acordo PMSP/INSS (Nota 10)	5.692	45.410	45.410
Obrigações tributárias (Nota 11)	65.935	64.412	64.412
Cessões de áreas a realizar (Nota 14)	55.632	173.672	-
Provisões para contingências (Nota 15)	12.894	4.094	4.094
Receita Diferida – ISS/IPTU (Nota 16)	<u>24.601</u>	<u>26.179</u>	<u>26.179</u>
	164.754	313.767	140.095
Patrimônio Líquido			
Capital social (Nota 17)	149.199	149.199	149.199
Adto. p/ futuro aum. Capital	1	1	1
Reserva de reavaliação	121.262	122.241	122.241
Prejuízos acumulados	<u>(154.324)</u>	<u>(182.982)</u>	<u>(182.982)</u>
	116.138	88.459	88.459
Total do passivo e patrimônio líquido	363.266	519.357	311.775

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.****Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****(em milhares de reais)**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Operacional (nota 18)	195.422	197.555
Deduções da receita operacional	(843)	(1.969)
Receita Operacional Líquida	194.579	195.586
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas (nota 19)	(203.396)	(182.078)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	(2.743)	(3.342)
	(206.139)	(185.420)
Resultado Operacional Antes Do Resultado	(11.560)	10.166
Resultado Financeiro		
Receitas/Despesas financeiras, líquidas	(1.487)	(5.022)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.047)	5.144
Imposto de Renda e Contribuição Social	(722)	-
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício	(13.769)	5.144
Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)	(2,66)	0,99

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Notas Explicativas



Notas Explicativas



1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 17 de março de 2016, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais práticas contábeis

Notas Explicativas



As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2014.

- a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
 - Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
 - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
 - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
- c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2015 e 2014, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A provisão para perdas na realização de créditos foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;
- f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

Notas Explicativas



- g) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 8, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- h) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);
- i) Cessões de áreas a realizar – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos. Até o exercício encerrado em 31/12/2014, os valores apresentados sempre foram os efetivamente recebidos em espécie, sendo contabilizado sob o título de adiantamentos de clientes. No entanto, a empresa verificou que o volume de operações de contratos de cessões de áreas não tem sido divulgado segundo seu real potencial de geração de receitas futuras. Com este objetivo, a partir do ano de 2015, os valores relativos aos contratos de cessões de áreas do complexo estão sendo apresentados considerando, além dos valores efetivamente recebidos, também os valores a receber. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados;
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;
- k) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- l) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).
- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. Mudança de Prática Contábil

Até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram registrados na rubrica Clientes os contratos de cessões de áreas do complexo que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes, em contrapartida à conta de passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados;

5. Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	32	32
Bancos	2.474	3.839
Aplicações financeiras	<u>28.671</u>	<u>33.859</u>
	<u>31.177</u>	<u>37.730</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

Notas Explicativas**6. Contas a receber de clientes**

	2015	2014 Reapresentado	2014
Cientes no País	77.938	214.382	6.800
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	12.381	17.880	17.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.228)	(3.672)	(3.672)
	<u>84.091</u>	<u>228.590</u>	<u>21.008</u>
(-) Longo prazo	(47.546)	(155.640)	-
	<u>36.545</u>	<u>72.950</u>	<u>21.008</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Em observância ao Princípio Contábil da Prudência e ao item 18 do CPC 05 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 642/10, a partir do segundo trimestre de 2015 passamos a constituir a provisão sobre os créditos perante as autarquias da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 31/12/2015 o saldo desta provisão correspondia a R\$ 3.284.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram contabilizados na rubrica Clientes os contratos de cessões de áreas do complexo que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes. Nos casos em que as cessões ainda não tenham sido realizadas, terão como contrapartida conta do passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil, apesar dos valores relevantes que envolvem, não trouxe efeitos no resultado.

Os ajustes retrospectivos de 2014 são demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo de Contas a receber de clientes em 31/12/2014	21.008	-
Valores a receber de cessões de áreas não realizadas em 31/12/2014	207.582	-
Transferência para o Longo Prazo	(155.640)	155.640
Saldo de Contas a Receber em 31/12/2014	<u>72.950</u>	<u>155.640</u>

Notas ExplicativasRisco de crédito

Em 31/12/2014, 76% do saldo total de recebíveis (curto e longo prazo) era proveniente de quatro clientes para locação de espaços do complexo. Em 31/12/2015, 45% do saldo total de recebíveis (curto e longo prazo) era proveniente de dois clientes, também para locação. Houve redução do saldo dos recebíveis do maior cliente em 31/12/2015, comparado ao saldo de 31/12/2014, no percentual de 68%, em razão da migração de seus eventos para espaços da concorrência.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>Reapresentado</u>	<u>2014</u>
A vencer	31.127	59.948	16.476
Vencidos até 30 dias	3.205	2.980	1.034
Vencidos de 31 a 60 dias	1.037	1.328	24
Vencidos de 61 a 90 dias	340	1.001	413
Vencidos de 91 a 120 dias	138	1.368	478
Vencidos acima de 120 dias	6.926	9.997	6.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.228)	(3.672)	(3.672)
	<u>36.545</u>	<u>72.950</u>	<u>21.008</u>

7. Outros valores a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
COFINS a compensar	10	756
PIS a compensar	-	198
IRPJ a compensar	234	1.065
CSLL a compensar	426	144
IRRF a compensar	3.339	2.308
INSS a compensar	-	18
Adiantamentos a funcionários	492	500
Outros créditos	26	1.984
Prov. devedores duvidosos	-	(1.913)
	<u>4.527</u>	<u>5.060</u>

O IRRF a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2015.

8. Imobilizado

Notas Explicativas



	Taxas anuais			Líquido	
	De Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	2015	2014
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	120.052	(28.454)	91.598	94.701
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.600)	2.688	2.866
Estacionamento	3,45%	10.914	(2.641)	8.273	8.743
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.009	(1.115)	1.894	2.017
Instalações	10%	12.891	(4.728)	8.163	8.254
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.583	(4.223)	2.360	2.219
Veículos	20%	1.205	(820)	385	517
Móveis e utensílios	10%	6.065	(5.234)	831	915
Outros ativos fixos	20% e 10%	699	(663)	36	40
Construções em andamento	-	16	-	16	588
		286.845	(49.478)	237.367	241.983

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	241.983	246.858
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	3	-
Instalações, máquinas e equipamentos	2.098	638
Veículos	-	564
Móveis e utensílios	173	25
Outros ativos	2	1
Construções em andamento	362	548
Total das adições	2.638	1.776
Depreciações	(7.254)	(6.651)
Saldos no fim do exercício	237.367	241.983

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Para a data base de 31/08/2011, avaliadores externos emitiram laudo pelo qual os terrenos (266.808 m²) e benfeitorias (106.657 m²) foram avaliados em R\$ 312.772. Os valores apurados por ocasião da avaliação não foram contabilizados, pois havia o entendimento que a opção para contabilização de custo atribuído só poderia ser exercida na data da transição para as normas internacionais, data base 01/01/2009.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico, CPC nº 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, não identificou eventos

Notas Explicativas

ou mudanças de circunstâncias e concluiu que, em 31 de dezembro de 2015, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2015, o qual depende da conclusão do processo licitatório para contratação de avaliadores do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Ao contrário, em nossos testes verificamos que esses itens estão contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

9. Obrigações Trabalhistas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações com pessoal	242	5
FGTS	287	436
INSS empresa	131	684
INSS retido	635	680
Provisão de férias	5.509	6.008
PIS a recolher	-	172
	<u>6.804</u>	<u>7.985</u>

10. Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

Em 19/06/2015, em assembleia geral, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 39.902. Essa absorção se deu mediante débito à conta da acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo, com base no processo municipal nº 2013.0.367.885-0. O valor equivalia à dívida que a São Paulo Turismo S.A. possuía junto à PMSP. Ainda, segundo o referido processo administrativo, no transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 5.692 mil.

11. Obrigações tributárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	8	294
Parcelamento IPTU/ISS	3.390	3.090

Notas Explicativas

Receita Federal:		
. Cofins a recolher	733	791
. Pis a recolher	158	-
. Impostos retidos	1.728	1.300
. IRPJ a recolher	-	-
. CSLL a recolher	-	-
	<u>6.017</u>	<u>5.475</u>
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	59.178	56.109
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.757	8.303
	<u>65.935</u>	<u>64.412</u>
Circulante e não circulante	<u>71.952</u>	<u>69.887</u>

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2015 e 2014 foram pagos R\$ 2.931 e R\$ 2.903 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 114 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2015 era de R\$ 62.568.

12. Cessões de áreas a realizar (curto prazo)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>Reapresentado</u>	<u>2014</u>
Pavilhão de Exposições	31.284	64.384	39.612
Palácio das Convenções	10.816	11.071	3.915
Pólo Cultural	1.452	3.932	2.051
Auditório Elis Regina	595	165	64
Autódromo de Interlagos	1.065	69	69
Contratos de mídia	106	-	-
	<u>45.318</u>	<u>79.621</u>	<u>45.711</u>

Notas Explicativas**13. Outras exigibilidades**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Carnaval a realizar	3.712	4.239
Obrigações com a PMSP	2.582	3.318
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	69	430
Outras contas diversas	786	1.335
	<u>7.149</u>	<u>9.322</u>

14. Cessões de áreas a realizar (longo prazo)

<u>Exercícios</u>	<u>2014</u>		
	<u>2015</u>	<u>Reapresentado</u>	<u>2014</u>
2016	-	35.475	-
2017	16.918	38.375	-
2018	14.698	33.323	-
2019	12.222	36.057	-
2020	11.794	30.442	-
	<u>55.632</u>	<u>173.672</u>	<u>-</u>

15. Provisões para contingências

Em 31/12/2015 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	
	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo no início do exercício	1.529	2.565
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	5.882	1.312
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	(202)	2.829
Valores baixados	(341)	(680)
Saldos no final do período	<u>6.868</u>	<u>6.026</u>

Notas Explicativas**Não Circulante**

Tipo de Ação

Ações Trabalhistas
Ações Cíveis

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	6.026	2.565
	6.868	1.529
	<u>12.894</u>	<u>4.094</u>

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação

Ações Trabalhistas (*)
Ações Cíveis (**) (***)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	356	-
	40.187	44.897
	<u>40.543</u>	<u>44.897</u>

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Companhia informaram que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter ideia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa.

(**) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movida por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998 e avaliada como provável perda pelo jurídico da SPTuris. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo.

Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 29.250, também foi avaliado como de provável perda, com respeito à decisão judicial.

Tendo em vista que o acordo para a solução do primeiro processo não exigiu uma saída de recursos para liquidação do processo, e que durante o ano de 2015 foi solicitada à PMSP o equacionamento do débito de forma semelhante à solução do primeiro processo, e que em 27/01/2016, por meio de ofício direcionado às Companhias, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo se manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, consideramos que, embora a perda da ação judicial seja provável, não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação. Portanto não foi constituída provisão para o referido processo. Entretanto a PGM orientou quanto à necessidade de a

Notas Explicativas



Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta. Além disso, tendo em vista a condenação imposta pela 14ª Cível da Capital que posteriormente foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Companhia, baseada no entendimento da Procuradoria Geral do Município, manteve registrado na Provisão para Contingência o montante de R\$ 5.850 equivalente a 20% do valor da causa, referente aos honorários advocatícios. Em 14/03/2016 foi encaminhado Ofício à Secretaria de Finanças para formalização do ajuste com a consequente extinção do processo, e que os honorários advocatícios e de sucumbência deverão ser objeto de novo ajuste entre a PMSP e a São Paulo Transportes, se houver decisão de que tais verbas não compõe o acordo.

(***) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2015: R\$ 7.578.

16. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

17. Capital social

	Quantidades em 31/12/2015			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2015	2014
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
A integralizar	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
Integralizado	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	149.199

A empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2015. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site www.bmfbovespa.com.br, na consulta ao link “Cotação Rápida”, era de R\$ 15,00 para as ações ordinárias em 05/08/2015, R\$ 20,01 para as ações preferenciais “A” em 07/01/2014 e R\$ 10,00 para as ações preferenciais “B” em 22/09/2015.

18. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias

Notas Explicativas

cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2015	2014
Receita Operacional Bruta	216.212	218.767
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(20.790)	(21.212)
	195.422	197.555
Deduções da receita bruta	(843)	(1.969)
Receita Operacional Líquida	194.579	195.586

Notas Explicativas**19. Despesas administrativas**

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações, encargos e benefícios	78.080	77.582
Prestadores de serviços	59.333	61.654
Ocupação e manutenção	34.763	31.456
Publicidade	1.890	6.847
Provisões	14.693	(7.112)
Impostos e taxas	5.450	4.912
Utilidades e tarifas públicas	9.187	6.739
	<u>203.396</u>	<u>182.078</u>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 3.254 (R\$ 2.857 em 2014). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

21. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2015	2014
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.400	94.750
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

22. Alterações provocadas pela MP nº 627, de 2013, convertida na Lei 12.973 em 13/05/2014.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973 e as novas regras tributárias estabelecidas pela referida Lei serão obrigatórias a partir de 01/01/2015. Com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, a São Paulo Turismo S/A, de forma irrevogável e irretratável, de acordo com as disposições dos arts. 1º e 2º e 4º a 70 desta Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.

23. Eventos subsequentes

Notas Explicativas



A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 17 de março de 2016, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Em janeiro de 2016 foram canceladas cessões de áreas a realizar no longo prazo no montante de R\$ 5.643. Como medida de contenção de despesas, a empresa implantou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que objetivava o desligamento de 140 funcionários, distribuídos entre aposentados, cargos em vacância e cargos específicos. Aderiram ao Plano, 35 colaboradores. A economia anual na folha de pagamentos será superior a R\$ 4 milhões. A Companhia esperava economizar R\$ 12 milhões por ano.

Também como medida de redução de despesas de custeio, em 05/12/2015 a PMSP publicou o Decreto nº 56.688, objetivando aumentar a capacidade de investimentos do Município, no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta. Neste sentido, até 17/03/2016 promovemos a redução dos contratos no montante de R\$ 4.331 mil (até o vencimento de cada contrato), que equivale a um decréscimo de 16,72% em relação ao saldo residual, em 31/12/2015, dos contratos em vigor.

24. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	31.177	31.177
Contas a receber e clientes	84.091	84.091
Impostos a recuperar	4.009	4.009
Outras contas a receber	518	518
Fornecedores	(17.086)	(17.086)
Cessões a realizar	(100.950)	(100.950)
Obrigações tributárias	(71.952)	(71.952)

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Notas Explicativas



Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos. Apesar da representatividade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de clientes, a Companhia apresentou uma aumento de 69,58% se comparado com o exercício de 2014

Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

25. Continuidade operacional da Companhia

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas

Notas Explicativas



e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos momentâneos entre receitas e despesas normalmente é suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução drástica dos custos e despesas operacionais e do sucesso das medidas de reestruturação operacional mencionadas no Relatório da Administração (Nova Arena e Novo Anhembi).

26. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Gilvan Cândido da Silva, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 17 de março de 2016.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES, CONSELHEIROS e ACIONISTAS da

SÃO PAULO TURISMO S.A.

São Paulo- SP

Examinamos as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da SÃO PAULO TURISMO S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como, a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SÃO PAULO TURISMO S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o exercício de 2015 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, não foi elaborado laudo por entidade independente para o exercício de 2015, quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de impairment), conforme regulamentado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos"), o qual depende do estudo interno da viabilidade de inserção do serviço em processo de licitação. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou alienação relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2015. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável e durante nossos testes observamos que esses itens podem estar contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório sem ressalvas datado de 17 de março de 2015, contendo ênfase semelhante à apresentada no parágrafo anterior e quanto à conversão da MP 627 de 2013 na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, que estabeleceu novas regras tributárias obrigatórias a partir de 01/01/2015, com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, sendo que a SÃO PAULO TURISMO S/A, de forma irrevogável e irretroatável, de acordo com as disposições dos artigos 1º, 2º, 4º a 70 da referida Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de março de 2016.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 3942/O-6

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA

CONTADOR CRC-RS Nº 036023/O-2 T-PR

CNAI 389

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA KARINI LETÍCIA BAZZANEZE

CONTADOR CRC-PR Nº 057250/O-9 T-RJ CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2015, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Bazzaneze Auditores Independentes S/S, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2015, razão pela qual recomendam sua aprovação pela Assembléia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 29 de março de 2016.

FÁBIO ALVES CORREIA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARIO JORGE MURALHA

PRISCILIA CRISTINA PEREIRA CARDOSO SILVA

SILAS FONSECA REDONDO FILHO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Pelo presente instrumento os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Bazzaneze Auditores Independentes S/S, datado de 17 de março de 2016, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de março de 2016.

ALCINO REIS ROCHA

Diretor Presidente

ANTONIO DA SILVA PINTO Diretor de Responsabilidade Social

GILVAN CÂNDIDO DA SILVA Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

ITALO CARDOSO ARAUJO

Diretor de Infraestrutura

JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA Diretor Representante
dos Empregados

OSWALDO NAPOLEÃO ALVES Diretor de Turismo e Eventos

TATIANA SILVA GIATTI

Diretora de Marketing e Vendas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Pelo presente instrumento os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Bazzaneze Auditores Independentes S/S, datado de 17 de março de 2016, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de março de 2016.

ALCINO REIS ROCHA

Diretor Presidente

ANTONIO DA SILVA PINTO Diretor de Responsabilidade Social

GILVAN CÂNDIDO DA SILVA Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

ITALO CARDOSO ARAUJO

Diretor de Infraestrutura

JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA Diretor Representante
dos Empregados

OSWALDO NAPOLEÃO ALVES Diretor de Turismo e Eventos

TATIANA SILVA GIATTI

Diretora de Marketing e Vendas